

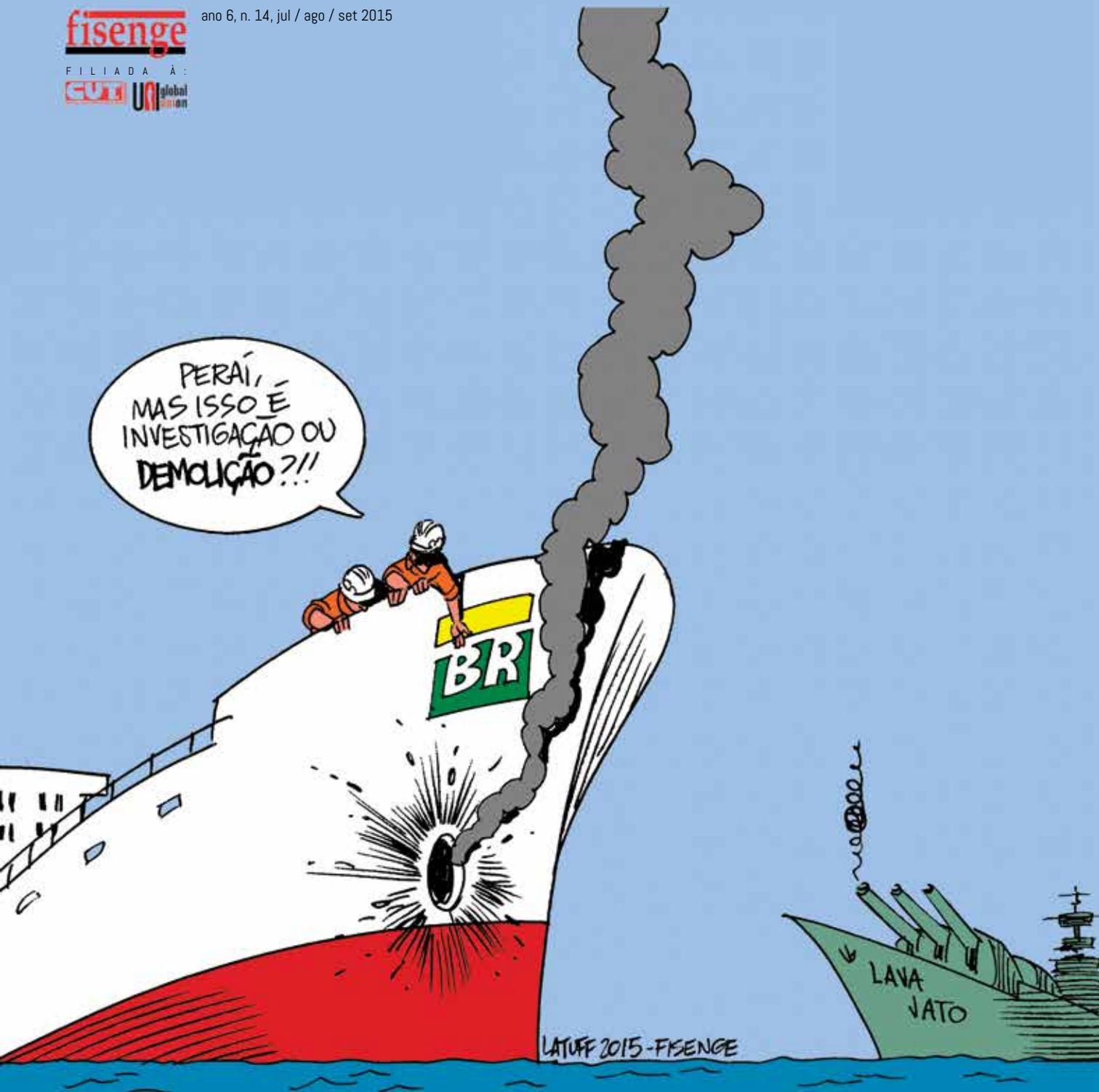
em MOVIMENTO

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

fisenge

ano 6, n. 14, jul / ago / set 2015

FILIADA À:
CUT **UNI** **global union**



SINDICATOS FILIADOS À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

Tel: (71) 3335-0510
Telefax: (71) 3335-0157
senge@sengeba.org.br
www.sengeba.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Telefax: (27) 3324-1909
senge-es@senge-es.org.br
www.senge-es.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tel: (31) 3271-7355
Fax: (31) 3546-5151
contato@sengemg.com.br
www.sengemg.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Tel: (41)3224-7536
senge-pr@senge-pr.org.br
www.senge-pr.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

Telefax: (83) 3221-6789
secretariajp@sengepb.com.br
www.sengepb.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Telefax: (81) 3227-1361
sengepe@hotmail.com.br
www.sengepe.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tel: (21) 3505-0707
contato@sengerj.org.br
www.sengerj.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEA-RN)

Avenida Santos Dumont, 479,
Conjunto Mirassol, Capim Macio,
Rio Grande do Norte.
CEP: 59078-200
sea_rn@yahoo.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Telefax: (69) 3224-7407
sengero@brturbo.com.br
www.sengero.org

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SERGIPE

Telefax: (79) 3259-3013
3259-2867 / 3211-1385
sengese@sengese.org.br
secretaria@sengese.org.br
www.sengese.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA (RJ)

Tel: (24) 3343-1606
Telefax: (24)3342-4320
senge-vr@quicknet.com.br
www.senge-vr.org.br

SEAGRO-SC SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA

Tel: (48) 3224-5681
seagro@seagro-sc.org.br
www.seagro-sc.org.br

FISENGE

Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros

Avenida Rio Branco, 277,
17º andar, Cinelândia, Rio
de Janeiro

(21) 2533-0836

www.fisenge.org.br

fisenge@fisenge.org.br

Facebook: www.facebook.
com/fisenge

Twitter: twitter.com/fisenge

Em defesa da engenharia nacional e do povo brasileiro



“Quando o terror invade um povo, transforma muitas vezes um pusilânime num herói”, disse o ex-presidente Getúlio Vargas. A história se repete e o que estamos assistindo nos meios de comunicação é a construção de vilões e heróis diante de uma farsa maniqueísta. A operação Lava-Jato – que denuncia escândalos na Petrobrás – está promovendo um movimento de ataque à nação brasileira. Isso porque em vez de apurar com rigor e responsabilizar as pessoas, a Operação está tomando pulso em torno da destruição das empresas brasileiras, das riquezas nacionais e da soberania do país. Obras paralisadas em todo o território nacional promovem demissões em massa, estagnação da economia e interrupção de projetos e serviços. Reivindicamos a apuração e a responsabilização dos casos de corrupção, mas não permitiremos que estes fatos abram uma avenida de oportunidades para uma política entreguista e de destruição da engenharia nacional.

Este cenário é fruto de atitudes, no mínimo, irresponsáveis e nada republicanas. Em nome de um discurso falseado, juizes e parlamentares, invocados pelos setores conservadores da sociedade, vêm destruindo o país. Na Câmara dos Deputados, seu presidente atual representa o retrocesso, a face mais perversa da direita brasileira. Este cidadão lidera o avanço da agenda conservadora de retirada de direitos e ataques às minorias. O Brasil, desde 2002, retomou um importante processo de desenvolvimento com inclusão social. Milhares de brasileiras e brasileiros puderam ter acesso às universidades e ao mercado de trabalho. Vivemos um período de crise da acumulação capitalista em nível mundial por uma disputa esquizofrênica por mercados. Por outro lado, a nova geopolítica quebrou a unilateralidade com a instituição dos BRICs, bloco formado por países emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China.

O governo precisa tomar a dianteira deste processo e aprofundar as mudanças estruturais necessárias, como a reforma política e a democratização dos meios de comunicação. Para tanto, irá contar com a participação de sindicatos ao lado dos movimentos sociais na luta por mais direitos e mais democracia. Defendemos incondicionalmente o fortalecimento da engenharia nacional, o Estado Democrático de Direito e a soberania da nação. Mais direitos e mais democracia. Não permitiremos retrocesso!

CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS | FISENGE



DIRETORES DA FISENGE

DIRETORIA EXECUTIVA (2014 / 2017)

Diretor Presidente
CLOVIS FRANCISCO DO
NASCIMENTO FILHO

Diretor vice-presidente
ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE

Diretor Financeiro
EDUARDO MEDEIROS PIAZERA

Diretora Financeira Adjunta
SILVANA MARÍLIA VENTURA PALMEIRA

Diretor Secretário Geral
FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB

Diretor de Relações Sindicais
ULISSES KANIAK

Diretora da Mulher
SIMONE BAÍA PEREIRA GOMES

Diretora Executiva
GIUCELIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO

Diretor Executivo
RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA

Diretor Executivo
GILSON LUIZ TEIXEIRA NERI

DIRETORES SUPLENTES (2014/2017)

Diretor Executivo Suplente
JOSÉ EZEQUIEL RAMOS

Diretor Executivo Suplente
FRANCISCO JOSERALDO
MEDEIROS DO VALE

Diretor Executivo Suplente
VALTER FANINI

Diretor Executivo Suplente
JORGE DOTTI CESA

Diretor Executivo Suplente
GUNTER DE MOURA ANGELKORTE

Diretora Executiva Suplente
ANILDES LOPES EVANGELISTA

Diretora Executiva Suplente
ELOISA BASTO AMORIM DE MORAES

Diretor Executivo Suplente
NILTON SAMPAIO FREIRE DE MELLO

CONSELHO FISCAL EFETIVO (2014/2017)

Diretor do Conselho Fiscal
GERALDO SENA NETO

Diretor do Conselho Fiscal
ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO

Diretor do Conselho Fiscal
ROLF GUSTAVO MEYER

CONSELHO FISCAL SUPLENTES (2014/2017)

Diretor Suplente do Conselho Fiscal
ALÍRIO FERREIRA MENDES JUNIOR

Diretor Suplente do Conselho Fiscal
ROMULUS AUGUSTUS BATISTA DE LIMA

Diretora do Conselho Fiscal
MARIA VIRGINIA MARTINS BRANDÃO

EM MOVIMENTO

é uma publicação da Fisenge -
Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros.

Av. Rio Branco, 277, 17º andar
Centro, Rio de Janeiro
CEP: 20040-009

Tel/Fax: (21) 2533-0836
2532-2775

fisenge@fisenge.org.br
www.fisenge.org.br
www.facebook.com/fisenge
twitter.com/fisenge

CONSELHO EDITORIAL

Clovis Nascimento, Roberto
Freire, Simone Baía, Silvana
Palmeira e Gilson Neri

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Camila Marins
MTB: 47.474/SP

REVISÃO

Sheila Jacob

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Evlen Lauer

CHARGE

Carlos Latuff

IMPRESSÃO

Walprint Gráfica e Editora
Tiragem: 8.000

É permitida e estimulada a
reprodução, desde que
citada a fonte.

SUMÁRIO

- entrevista
- 7 AUMENTO NO USO DE AGROTÓXICOS
PREOCUPA BRASILEIROS
- 10 NOTÍCIAS DOS SINDICATOS
- capa
- 18 PERDA DE EMPREGOS NA
ENGENHARIA DOBRA EM 2015
- 23 FISENGE EM MOVIMENTO
- Fisenge propõe emenda ao Programa
de Proteção ao Emprego
- “Privatizações: a distopia do capital”
é selecionado em festival de cinema na França
- Em audiências públicas, Fisenge reafirma
posição contra as terceirizações
- Documentos revelam que EUA sabiam
da morte de Rubens Paiva e Stuart Angel
- Coletivo de Mulheres da Fisenge
realiza oficina de formação
- 28 FISENGE HOMENAGEIA VITO GIANNOTTI



Pimentão lidera lista dos alimentos com mais resíduos de agrotóxicos.

Aumento do uso de AGROTÓXICOS preocupa brasileiros

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho deste ano, revelou que a utilização de produtos químicos para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas mais que dobrou em dez anos. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SindVeg), somente em 2013 o volume comercializado no país foi de 359.372 toneladas de ingredientes ativos e 884.138 toneladas de produto comercial, totalizando US\$ 11,4 bilhões. Por outro lado, os brasileiros têm se preocupado, a cada dia, com a alimentação. Com o objetivo de apontar questões sobre alimentos seguros, soberania alimentar e o papel da engenharia agrônoma nesse processo, entrevistamos o engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, também diretor de comunicação do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos no Estado de Santa Catarina (Seagro-SC).



Na prática, o que são alimentos seguros? De que forma o cidadão e a cidadã podem ter certeza da segurança dos alimentos que estão consumindo?

É importante inicialmente diferenciar dois conceitos. “Alimentos seguros” diz respeito à “segurança de alimentos” (em inglês, Food Safety) e objetiva assegurar a qualidade nos produtos comercializados, garantindo que estão isentos de contaminantes biológicos, físicos e químicos prejudiciais à saúde no momento do consumo. Numa outra dimensão

do assunto, temos a denominação “segurança alimentar” (em inglês Food Security) que, segundo a FAO, visa que todas as pessoas, em todo o tempo, possuam acesso físico e econômico à alimentação suficiente, saudável e nutritiva, para atender suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Alimentos seguros, na prática, são aqueles que apresentam uma determinada qualidade, que não cause danos à saúde do consumidor. Na atual dinâmica do mundo consumista, fica mui-

to difícil para o cidadão comum ter esta garantia de forma 100% segura. Os próprios limites de tolerância de resíduos de determinadas substâncias químicas são muitas vezes questionados por estudos diferentes. O uso indiscriminado de agrotóxicos e a falta de rastreabilidade dos produtos é hoje, com certeza, o principal problema.

Uma pesquisa realizada em seis países pela Consumers International mostra que um grande número de pessoas não tem conhecimento do impacto que as dietas não saudáveis têm sobre a saúde pública global. No Brasil, há preocupação com o aumento do uso de agrotóxicos nos alimentos. Qual a sua avaliação sobre esse aumento?

É o principal desafio atual. Precisamos produzir para alimentar nove bilhões de pessoas no mundo. Não resta dúvida de que, no modelo atual de produção, a tecnologia e o uso de agrotóxicos são necessários para garantir produtividade e volume de produção, mas temos que racionalizar e fortalecer outras formas de produção, com menor uso ou até sem uso, como no caso da produção orgânica e agroecológica. À custa do discurso de que é necessário usar agrotóxicos, a situação foi se tornando insustentável.

Qual a importância de o engenheiro agrônomo ser responsável pelo receituário agrônomo e

responsabilidade técnica? Ainda há venda e uso indiscriminado? Quais os perigos?

Se na medicina, o médico é o protagonista e na área jurídica é o advogado, não resta dúvida de que nesta área o engenheiro agrônomo deveria ser o principal responsável pelo processo. Na prática, isto não ocorre por vários motivos. Não existe controle e nem fiscalização eficientes. Os agricultores não têm assistência técnica e, por isso, não estão devidamente orientados. Qualquer um compra e aplica, até técnicos apenas com o 2ª grau são autorizados para prescrever uma receita agrônômica. O mesmo profissional que prescreve o produto pode também vender, ou seja, funciona como se numa farmácia o profissional emitisse também a receita dos medicamentos controlados. Os produtos in natura vendidos nos supermercados não têm rastreabilidade, ou seja, não é conhecida sua origem nem o responsável técnico pela sua produção. A situação é grave, mas tem que ser enfrentada sem o radicalismo de posições, nem ideológicas e nem do poder econômico das multinacionais.

Está em construção no país a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Quais os principais desafios?

Como muita coisa no Brasil, as políticas públicas têm muitos pontos positivos. Falta a sua efetividade em maior escala e ado-

ção por parte de diversos órgãos federais e estaduais de instrumentos de efetivo apoio para essas formas de produção mais seguras e sustentáveis. Já tivemos muitos avanços, mas ainda tímidos frente ao potencial e à importância da produção agroecológica e orgânica.

Principalmente nos supermercados, os alimentos orgânicos são identificados com selo e são bem mais caros ao consumidor. Por que existe esse impacto no valor dos alimentos orgânicos?

Os selos são a garantia de que o produto é orgânico, permitindo também a rastreabilidade e a identificação do responsável técnico pela produção. Tudo isso gera custo. Em muitos casos, a produção orgânica dá mais trabalho para ser produzida. Como a oferta ainda é menor que a procura, muitos supermercados exageram nas suas margens de lucro. Em feiras locais ou pequenos armazéns especializados em orgânicos, os preços são bem

menores. Além do selo de certificação, existe também o processo participativo de certificação, em que os próprios produtores e até consumidores de pequenas feiras fazem uma autofiscalização da produção.

Recentemente, a Câmara Federal aprovou uma proposta que retira a necessidade da rotulagem dos alimentos transgênicos. Quais os impactos dessa medida?

Esta medida é um exemplo vivo da força do poder econômico das multinacionais. A informação no rótulo do que está sendo consumido é um direito do consumidor (artigo 6º do CDC). A rotulagem com a letra "T" foi uma conquista neste sentido. Agora tivemos um retrocesso na Câmara Federal. Afinal, se os transgênicos não fazem mal a saúde, por que tanta preocupação em omitir a informação de que determinado alimento foi produzido com o uso de transgenia? Precisamos pressionar o Senado para reverter isto.

Renato Araújo/ABr



Morango é o segundo alimento com mais resíduo de agrotóxico, aponta levantamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



Diretoria da Fisenge participou dos 50 anos do Senge-VR

SENGE-VR comemora 50 anos de fundação

"O nosso sindicato sempre esteve alinhado com as lutas dos engenheiros e do conjunto da sociedade brasileira", lembrou João Thomaz, presidente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR), durante a comemoração dos 50 anos de fundação da entidade, no dia 28/5. Estiveram presentes o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento; o diretor financeiro, Eduardo Piazero; a diretora da mulher, Simone Baía; a diretora financeira adjunta, Silvana Palmeira; e os presidentes do Senge

-PE, Fernando Freitas; do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos e do Senge-PR, Carlos Roberto Bittencourt; além do Coletivo de Mulheres da Fisenge. Fundado logo após a instauração do golpe civil-militar no Brasil, o sindicato enfrentou duras batalhas contra as opressões e em defesa da democracia, do patrimônio público e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

De acordo com o secretário-geral da Fisenge e o vice-presidente do Senge-VR, Fernando Jogaib, o Senge-VR foi um dos fundadores da Fisenge.

"Nossa decisão foi mais do que acertada e estamos na federação construindo nossa intervenção de forma qualificada na formulação de políticas públicas em âmbito nacional pelo desenvolvimento social sustentável", ressaltou Jogaib. Emocionado, João Thomaz agradeceu aos presentes e ratificou que um sindicato forte só é possível graças à participação da categoria. "Conquistamos muitas vitórias em defesa dos engenheiros e das engenheiras de Volta Redonda, e também temos uma contribuição histórica na defesa da democracia e dos direitos. Um dos marcos nessa

trajetória foi a luta contra a privatização da CSN [Companhia Siderúrgica Nacional]", observou.

"O Senge-VR esteve desde o início na construção e na fundação da Fisenge. O sindicato também foi central para a luta contra as privatizações. Saudamos, com muito orgulho, os 50 anos do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, uma entidade combativa em defesa da categoria, da engenharia, da democracia e da sociedade brasileira", disse Clovis. Simone Baía destacou a combatividade do sindicato na defesa de questões históricas dos

trabalhadores. "O Senge-VR sempre foi parceiro na luta das mulheres engenheiras, com a compreensão de que essa luta significa a defesa de uma sociedade inclusiva com plena cidadania. Inclusive, hoje, está acolhendo a nossa oficina de formação em Volta Redonda. Vida longa ao Senge-VR", saudou Simone, que foi homenageada durante a cerimônia.

Estiveram, na mesa de saudações, o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento; a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía; o presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio de Janeiro, Oziris Barbosa; o di-

retor do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, José Eli; o diretor da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Volta Redonda, Antonio Otávio Espíndola; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Volta Redonda, Alex Martins; a diretora da Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), Zaira Maria Loureiro Monachesi; o presidente do Sindicato dos Bancários do Sul Fluminense, Péricles Cabral; o Secretário de Planejamento da Prefeitura de Volta Redonda, Lincoln Botelho e o coordenador do Crea Regional Sul, Tiago Duarte Amorim.

Em entrevista, presidente recorda os 50 anos de fundação da entidade

O presidente do Senge-VR, João Thomaz, conta sobre a trajetória da entidade, o período histórico, a luta contra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e as atuais mobilizações em defesa dos engenheiros.

O Senge-VR surge um ano após o golpe civil-militar no Brasil. Como foi a organização dos engenheiros de Volta Redonda nessa época?

A CSN era uma empresa pioneira não só na área de siderurgia, como também em todo o processo de industrialização do Brasil. Por isso, foi obrigada a manter em seus quadros

um forte grupo de engenharia, responsável por processos de nacionalização de equipamentos e componentes, adaptação de projetos e, depois, novos projetos de modernização e expansão da siderurgia, mineração, transporte ferroviário, entre outros, para todo o parque industrial brasileiro. Nesse quadro, Volta Redonda, não só pela CSN, como pela Companhia Brasileira de Projetos Industriais (Cobrap), a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) e outras empresas fornecedoras, passou a ter um grande número de profissionais de engenharia. Esse fato resultou na necessidade de uma representação trabalhista própria, fora da represen-

tação majoritária dos metalúrgicos, que atendessem às demandas específicas de nossa classe de trabalhadores.

Foi, então, criado o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, com forte adesão dos profissionais da cidade. Com o endurecimento do regime militar - notadamente após o AI-5 - e a perseguição aos sindicalistas, diversos dirigentes do Senge foram demitidos, tendo alguns conseguido indenizações posteriores pela perseguição sofrida. Mesmo com todo ambiente adverso, com o afastamento de diretores, o Senge manteve sua luta pela melhoria das condições de trabalho e dos direitos

dos engenheiros, sobrevivendo às duras penas ao regime.

Depois de resistir bravamente à ditadura militar, o Senge-VR logo travou uma batalha contra a privatização da CSN. Como foi esse processo?

A CSN começou a ser preparada para a privatização em 1991, no início do governo Collor, com uma diretoria especificamente designada para este fim. Com a posse de Itamar Franco e sua disposição afirmada de não privatizar a CSN, houve um relaxamento das atenções quanto a essa possibilidade. Mas, em fevereiro de 1993, foi publicado o edital de privatização, já prevendo o leilão da empresa no mês de abril, quando, enfim, foi realizado. Como o Sindicato dos Metalúrgicos era favorável à privatização, restou ao Senge-VR representar os trabalhadores no questionamento do processo, organizando extensa pauta de questões quanto aos pressupostos do edital, inclusive o preço mínimo estabelecido. Porém, como nossa base se

mostrou favorável à privatização, o Senge-VR teve que promover assembleias nas quais, mesmo contra o posicionamento da maioria da diretoria do Senge, os engenheiros acabaram se colocando a favor do processo. Coube ao Senge-VR, então, trabalhar com afinco na discussão do edital e em aspectos como definição de patrimônio, manutenção de direitos trabalhistas e participação dos trabalhadores no Clube de Investimento, então alçado à condição de "sócio" do empreendimento.

Nessa trajetória, que destaques traz nas recordações?

Após a privatização, o Senge-VR passou a sofrer ataques tão ou mais fortes, em alguns aspectos, que na época do regime militar. Tivemos diversos diretores afastados de suas funções, associados forçados a se desfilarem do sindicato e outras formas de pressão. A condição peculiar do Senge é ser um sindicato independente e voltado para a defesa dos trabalhadores, não raro para isso invadindo a área de representação dos meta-

lúrgicos e obtendo diversas vitórias contra ações predatórias da administração da CSN. Isso nos transformou em porta-vozes dos trabalhadores e da comunidade nas demandas com a empresa e outras entidades locais. Algumas das vitórias que tivemos nesse período foram: obrigação da CSN de admitir dívida de 600 milhões de reais com o Fundo de Aposentadoria dos Trabalhadores (CBS); ganho na Justiça de mais de 800 milhões de reais em pagamentos de PLRs para trabalhadores, engenheiros ou não. Também conquistamos a negociação de Acordo Coletivo de Trabalho, processos de correção do FGTS e aplicação da lei 4950-A de correções em multas de rescisão de contratos, ganhos na Justiça ou em negociações com empresas; aplicação do Salário Mínimo Profissional em empresas, órgãos públicos e prefeitura; readmissão e reversão de demissões por justa causa de trabalhadores; ações no meio ambiente; manutenção de direitos como a assistência médica e outros previstos no edital de privatização da CSN.

SENGE-RO contribui para plano de revitalização do rio Madeira

Preocupado com as enchentes e suas consequências para o conjunto da sociedade, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de Rondônia (Senge-RO) está participando de um plano de adequações e revitalização do rio

Madeira e sua orla. "As enchentes do rio afetaram Porto Velho e deixaram milhares de desabrigados. A proposta das entidades e organizações é construir um projeto que resulte concretamente em obras que, além de resolver

o problema de alagação na cidade, também contribui positivamente para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos cidadãos à sua cidade", afirmou o diretor do Senge-RO, José Ezequiel Ramos.

SEA-RN: Sindicato questiona edital e governo se compromete a readequar

A Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara) do governo do Rio Grande do Norte lançou um edital de contratação de engenheiro agrônomo, cujas exigências não cumpriam o Salário Mínimo Profissional (SMP) e a jornada de trabalho. O presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN), Josealdo do Vale, contou que a entidade se reuniu com representantes da Secretaria, com o objetivo de alertar sobre a lei dos profissionais. "O edital estipulava remuneração vergonhosa de R\$1.800 para jornada de 40 horas. Reivindicamos o cumprimento do SMP e, após a reunião, o edital foi retirado de circulação para a devida retificação", disse. Josealdo ainda destacou que esta remuneração estava prevista para um serviço de consultoria, o que não deveria prever obrigatoriedade de carga horária.

Outra luta importante que o SEA-RN está travando é o questionamento de uma portaria do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (IDIARN), que retira os engenheiros agrônomos, de alimentos e os demais da responsabilidade técnica sobre os produtos de origem animal. A portaria ainda prevê a substituição de profissionais de outras categorias por médicos veterinários.

SENGE-PB participa de lançamento do Plano Emergencial de Enfrentamento à Estiagem na Paraíba

Foi lançado, no dia 18/6, o Plano Emergencial de Enfrentamento à Estiagem no Estado da Paraíba. O lançamento contou com a participação do Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba (Senge-PB). "O Plano prevê uma série de ações importantes, que contam com a contribuição da engenharia, como construção de barragens subterrâneas, adutoras de montagem rápida e cisternas. Além disso, com o objetivo de salvar o rebanho, o governo irá subsidiar ração proteica", disse o presidente do Senge-PB, Rubens Tadeu. Outro ponto do plano, ligado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, é a assistência a municípios atingidos pela estiagem com uso de carros-pipa.

SENGE-BA lança cartilha sobre reforma política

A reforma política no Brasil tem sido a principal pauta de reivindicação dos protestos populares que ganhou destaque desde as manifestações de junho de 2013. Os casos de corrupção envolvendo a Petrobrás, anunciados em março de 2014, pressionaram o Congresso Nacional à votação de projetos de lei sobre o tema. São mais de dez iniciativas de reforma política propostas no Poder Legislativo, além de projetos de iniciativa popular. Nesse sentido, o Sindicato dos Engenheiros da Bahia (Senge-BA), com o apoio da Fisenge, lançou a cartilha "Entendendo a reforma política no Brasil". De acordo com o presidente do Senge-BA, Ubiratan Félix, a publicação tem o objetivo de fortalecer a participação da classe trabalhadora nesse importante debate nacional. "A cartilha apresenta, de forma sucinta, os principais pontos discutidos sobre a reforma política, descrevendo os mecanismos de funcionamento, em que países são adotados e a posição dos defensores e críticos de cada proposição", disse Ubiratan.



“Nossa classe também pode contribuir para a melhoria da sociedade e para um país melhor”, destacou Gilson Neri

SENGE-SE comemora 30 anos de fundação

KAMILLE PEREZ/SENGE-SE

“O Sindicato dos Engenheiros de Sergipe completou três décadas. Não foi fácil chegar até aqui. Nós buscamos, lutamos e hoje somos vitoriosos por fazer parte dessa história. A luta continua, mas unidos prosseguiremos defendendo os direitos da classe e da sociedade”, disse o presidente do Senge-SE, Rosivaldo Ribeiro. A afirmação foi feita durante a solenidade em comemoração aos 30 anos da entidade, que aconteceu no dia 25/6, no salão de festa da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe (AEASE). Ao lado de Rosivaldo estavam o diretor da Fisenge e do Senge-SE, Gilson Neri, e a diretora da mulher do Senge-SE, Marina Bezerra.

Na ocasião, estavam presentes o presidente da Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento; o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-SE), Arício Resende; a presidenta do

Crea-PB, Giucélia Figueiredo; e os presidentes dos sindicatos de engenheiros de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro: Fernando Freitas, Ubiratan Félix e Olímpio Alves dos Santos, respectivamente. Também estiveram presentes os diretores da Fisenge, Roberto Freire, Eduardo Piazero, Simone Baía, Silvana Palmeira, Fernando Jogaib, Ulisses Kaniak e Valter Fanini.

O presidente do Crea-SE relembrou a trajetória do Senge e parabenizou a todos os presidentes que já passaram pelo sindicato. Para ele, a entidade atende aos profissionais com excelência. “O sindicato tem contribuído muito para a categoria, tanto na questão trabalhista, quanto na questão salarial. É claro que nesses 30 anos houve pontos positivos e negativos, mas os pontos positivos foram maiores, então eu desejo todo sucesso àqueles que dirigem o sindicato e que continuem nessa luta, porque esse é o caminho”, afirmou.

Antônio Ferrari, Max Maia e Gilson Neri, ex-presidentes do Senge-SE, lembraram a importância do sindicato. Para Ferrari, uma classe só pode ser representada quando se tem um sindicato para fazer a ponte entre a entidade e a sociedade. Para Max Maia, através do sindicato é possível discutir e interferir sobre questões na área profissional. Já para Gilson Neri, não só as questões da categoria são importantes no sindicato, como também os avanços sociais e políticos. “Nossa classe também pode contribuir para a melhoria da sociedade e para um país melhor”, destacou.

Estiveram nas saudações o senador suplente, Antônio Carlos; o presidente do Sintec-SE, Roberto Sampaio; o Presidente da Aease, Naum Araujo; a diretora da mulher do Senge-SE, Marina Franca; o Vice-Reitor da UFS, André Maurício Conceição de Souza; e os ex-presidentes do Senge-SE, Max Maia e Antônio Sérgio Ferrari.

SENGE-SE garante pagamento de SMP a engenheiros da DESO

O Sindicato dos Engenheiros de Sergipe (Senge-SE) alcançou mais uma conquista para os trabalhadores da categoria. A entidade garantiu, perante o Tribunal Superior do Trabalho, o pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP) dos engenheiros admitidos na Companhia de Água e Esgoto (DESO), por meio do último concurso público realizado em abril de 2013. “Foi uma luta bastante árdua. Desde o início, apesar de nossa ingerência junto à administração para a fixação do piso inicial dos profissionais da engenharia dentro da lei, o Edital publicado pela DESO trazia como salário base a quantia de R\$ 3.256,10 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Mas a Lei Federal 4.950-A/66 estabelece seis salários mínimos iniciais, ou seja, naquela época o piso inicial para as 40 horas semanais deveria ser de R\$ 5.763,00”, observou o presidente. Ele ainda destacou: “Essa vitória valoriza o profissional da engenharia, que presta serviços relevantes à sociedade e tem uma responsabilidade muito grande na atividade que exerce.”, ressaltou.

SENGE-ES homologa acordo com Cesan

FLÁVIO BORGNETH/ SENGE-ES

O processo que visou assegurar o pagamento de piso salarial para engenheiros da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) foi homologado em audiência da Semana Regional da Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) realizada na quinta-feira (28/05). Oportunamente o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) irá marcar uma assembleia com os profissionais que aderiram ao processo para passar mais informações.

Ao todo, 108 engenheiros e engenheiras foram beneficiados pelo processo ajuizado em 2010. O acordo garante o piso salarial para os profissionais de engenharia, incluindo o pagamento dos retroativos dos últimos dez anos. O presidente do Senge-ES, Ary Medina Sobrinho, destacou a participação dos engenheiros e engenheiras para a obtenção do resultado, bem como do diálogo. “É um trabalho novo muito importante, que nos dá a chance de mostrar que, através do diálogo, conseguimos bons acordos para ambas as partes. Sem a participação dos profissionais seria impossível termos essa importante conquista”, frisa.

“Esta transação implica em marco histórico não só para a Justiça do Trabalho, mas, sobretudo, para as atividades do Núcleo Permanente de Conciliação”, proferiu o juiz auxiliar da presidência do TRT, Roque Messias Calsoni. O advogado do Senge-ES, Vinícius Suzana Vieira, apontou o caráter histórico da decisão. “É o processo de maior relevância para a categoria que já defendemos”. A advogada da Cesan, Wilna Chequer Bou-Habib, avaliou a conciliação positivamente. “Para a empresa a conciliação é importante. É certeza do resultado. Dessa forma, a empresa tem a possibilidade de realizar o pagamento de forma previsível, de acordo com o seu orçamento”, explicou.

SINDICATO DE ENGENHEIROS inaugura sede da Regional Triângulo em Uberlândia

Dando continuidade à política de interiorização de suas atividades, o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) inaugurou a sede da Diretoria Regional Triângulo, em Uberlândia, no dia 30/6. A nova unidade está localizada dentro da sede da Inspeção do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG) na cidade (Av. Anselmo Alves dos Santos, 1240, Santa Mônica/ Uberlândia). Ela foi pensada para suprir a demanda dos engenheiros e engenheiras da região e aproximar a categoria da entidade.

A inauguração aconteceu após a palestra do presidente do Senge-MG, Raul Otávio Pereira, sobre "A importância da interiorização das atividades sindicais". Raul Otávio falou sobre o papel do Sindicato de Engenheiros. "O Senge tem como princípio básico a defesa do engenheiro na relação de trabalho. Onde houver um engenheiro que se sinta prejudicado, seja na questão salarial ou em qualquer outra, se demandado, o Sindicato agirá e vem agindo". O presidente do Sindicato de Engenheiros falou, ainda, de outro papel que a entidade exerce, o papel político. "O Senge vai sempre se manifestar quando alguma coisa estiver acontecendo no ambiente político, seja nas cidades, no Estado ou no país, e que tenha algum tipo de efeito sobre a sociedade, o engenheiro e a Engenharia".

O presidente do Crea-MG, Jobson Andrade, apresentou um panorama do atual cenário brasileiro, citando as empresas que são alvo das operações da Polícia Federal. Jobson falou que confia na justiça e acredita que os culpados pagarão pelos seus erros. Ele também cobrou reação dos brasileiros frente às dificuldades do país. "Vamos fazer uma reflexão crítica das informações e do que está acontecendo no Brasil para a gente não perder nem a justiça e nem a capacidade de reagir a problemas que são crônicos e que nós somos os principais prejudicados."

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS lutam contra o PL 1016

Tramita, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 1.016/2015, que prevê a vedação da atuação dos engenheiros agrônomos e dos médicos veterinários na área de produção animal. De autoria da deputada federal Júlia Marinho (PSC-PA), o PL retira as atribuições destes profissionais e vai na contramão da formação acadêmica, que contempla atividades vinculadas à produção animal. "A limitação da atuação irá ocasionar problemas graves para a agropecuária e a sociedade brasileira. Defendemos que as atividades sejam exercidas tanto pelos zootecnistas, como por engenheiros agrônomos e médicos veterinários, como acontece hoje", afirmou Jorge Dotti Cesa, diretor do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC). Em tramitação na Câmara, o PL já recebeu voto favorável pela aprovação da matéria, de acordo com parecer da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) e relatora da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural .

Com o objetivo de ampliar a pressão no Congresso Nacional, o Seagro-SC acionou a assessoria parlamentar da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). "Não é a primeira vez que essa proposta é apresentada no Congresso e, por isso, temos que intensificar a pressão entre os parlamentares e no diálogo com a sociedade", destacou Dotti.



Vai ter mulheres
no campo, SIM!

#ElesPorElas



fisenge
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE
SINDICATOS DE ENGENHEIROS



PERDA DE EMPREGOS NA ENGENHARIA DOBRA EM 2015

D emissões, destruição das empresas nacionais, ataques aos sindicatos e ofensiva aos direitos dos trabalhadores são alguns dos elementos que compõem a atual conjuntura política com os impactos da operação Lava-Jato. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), em 2014, a engenharia perdeu cerca de 3 mil postos de trabalho, no Brasil. Em 2015, no 1º semestre (janeiro a junho), a perda de postos de engenheiros quase dobrou, registrando um aumento de 42%, com a perda de 7,5 mil postos de trabalho. Os dados foram compilados pela subseção, no Rio de Janeiro, do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese). Esta tendência de perda de postos de trabalho na engenharia acompanha a situação do emprego do país, que em junho de 2015 registrou a saída de 111 mil postos de trabalho.

Comandada pelo juiz Sérgio Moro, a operação Lava-Jato já afetou cerca de 30 grandes obras em todo o Brasil, como a transposição do Rio São Francisco, Ferrovia da Integração Oeste-Leste e Cinturão das Águas do Ceará, além de grandes projetos da Petrobras, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Espanhóis, por exemplo, estão assumindo obras públicas, entre as quais o centro de processamento de dados da Caixa em Brasília; a manutenção de uma rodovia em São Gonçalo (RJ); e uma obra de saneamento na região metropo-

**SALDO DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO
DA ENGENHARIA, POR UF – 2014 E JANEIRO A
JUNHO DE 2015**

| Estados - UF | 2015 (jan a jun) | 2014 (jan a dez) |
|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Rondônia | -5 | -15 |
| Acre | -3 | 6 |
| Amazonas | -71 | -28 |
| Roraima | 0 | -2 |
| Para | -115 | -8 |
| Amapá | -13 | -26 |
| Tocantins | -17 | 19 |
| Maranhão | -106 | -158 |
| Piauí | -61 | 47 |
| Ceará | 16 | 124 |
| Rio Grande do Norte | -3 | -35 |
| Paraíba | -50 | 17 |
| Pernambuco | -299 | -417 |
| Alagoas | -37 | -6 |
| Sergipe | -45 | -37 |
| Bahia | -460 | -60 |
| Minas Gerais | -1.426 | -557 |
| Espírito Santo | -156 | -4 |
| Rio de Janeiro | -1.518 | -663 |
| São Paulo | -2.333 | -1.650 |
| Paraná | -147 | 360 |
| Santa Catarina | -92 | 149 |
| Rio Grande do Sul | -264 | -133 |
| Mato Grosso do Sul | -73 | -50 |
| Mato Grosso | -31 | 47 |
| Goiás | -111 | 12 |
| Distrito Federal | -86 | -128 |
| Brasil | -7.506 | -3.196 |

Fonte: CAGED-Ministério do Trabalho e Emprego

Elaboração: DIEESE Subseção SENGE-RJ



"O BRASIL DISPUTA EM PÉ DE IGUALDADE A ÁREA TÉCNICA EM TODO O MUNDO. A PETROBRAS FOI A PRECURSORA NA DESCOBERTA DE PETRÓLEO EM ÁGUAS PROFUNDAS", Clovis Nascimento

litana em Goiânia (GO). "A mídia e os setores conservadores da sociedade têm investido em uma campanha irresponsável de destruição das empresas nacionais. Milhares de demissões e perda de produção tecnológica nacional são algumas das consequências e nós, engenheiros e engenheiras, temos sofrido diretamente no cotidiano de nossa profissão", afirmou o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento.

Diferentemente dos anos 80 e 90, período em que a engenharia foi massacrada pela política econômica neoliberal, a partir do ano de 2002, houve crescimento na oferta de empregos e estímulo de investimentos. "O Brasil passou por um período recessivo num passado recente, em

que a engenharia foi vilipendiada. Com o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e a retomada das obras, a engenharia nacional voltou a ser priorizada, com cenário vasto de oferta de emprego", lembrou Clovis.

Entre os estados, que mais perderam postos de trabalho na Engenharia, em 2014, destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. No Brasil, entre os 20 setores que mais desligaram postos de trabalho da engenharia no período de janeiro a junho de 2015, destaca-se o setor da engenharia consultiva, com a perda de 2 mil postos de trabalho de engenheiros, representando cerca de 44,7% a mais, que o total de postos desligados no setor em 2014.

A paralisação de obras de infraestrutura ou a interrupção do fluxo de pagamentos para as empresas de engenharia nacional tem impacto negativo no Produto Interno Bruto (PIB), ocasionando a queda da renda nacional, da geração de tributos e no aumento do desemprego. A tecnologia nacional tem se mostrado competitiva e eficaz, especialmente na exploração de petróleo. A falência e a recuperação judicial das empresas irão produzir um efeito cascata de desmonte da tecnologia e da produção de conhecimento no Brasil.

ENGENHARIA NACIONAL

Na década de 70, numa tradição iniciada no final do século XIX pelo Barão de Mauá, o Brasil chegou a ser o segundo maior construtor de navios do mundo. De 2 mil empregos no ano 2000, a indústria naval atingiu mais de 80 mil empregos nos últimos anos, segundo o presidente do Fórum Intersindical Nacional dos Trabalhadores da Construção Naval e Off Shore, Joacir Pedro, também diretor da Federação Única dos Petroleiros. "Perdíamos apenas para o Japão. O declínio foi marcado nos anos 90 e a recuperação aconteceu a partir de 2002 com a retomada a política de indústria naval, o que nos tornou um país competitivo", disse. Joacir ainda alerta para a necessidade de uma lei de leniência [acordo que pode envolver punição pecuniária, isenção criminal dos envolvidos, imunidade penal, mas principalmente o entendimento de que a empresa necessita continuar atuando no

mercado]. "Na prática, isso significa a punição aos gestores e a manutenção das atividades das empresas. A estagnação das empresas está causando enorme prejuízo às famílias brasileiras. Não é possível permitir fretamento de navios e construção por empresas estrangeiras quando o Brasil tem total capacidade técnica e competitividade", observou.

O sociólogo e diretor do Dieese, Clemente Ganz acredita que é necessário também um acordo de transição acionária com uma nova governança, de modo a manter a empresa como ativo de interesse nacional. "Há o efeito perverso para o constrangimento à atividade das empresas. Uma reorganização acionária é essencial para a preservação das empresas nacionais, porque estas são detentoras de um capital cognitivo, responsável pela capacidade de engenharia e empreendimento de projetos e capacidade operacional, resultado de décadas de investimento", apontou Clemente.

Para além de tais medidas, é preciso um processo permanente de luta pela valorização da engenharia. De acordo com o engenheiro e recém-eleito presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino, a valorização da engenharia pública é uma das ações emergenciais. "Defendemos a valorização da engenharia pública, nos órgãos, nas autarquias e empresas responsáveis por planejamento, projeto, para que se sintam responsáveis pelo que for construído. Também é essencial res-

SALDO DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO DA ENGENHARIA, POR 20 MAIORES SETORES QUE MAIS DESLIGARAM - 2014 E JANEIRO A JUNHO DE 2015

| CNAE 2.0 Classe | 2015 - Jan a Jun | 2014 |
|--|------------------|---------------|
| Serviços de Engenharia | -2.146 | -960 |
| Construção de Edifícios | -872 | -782 |
| Construção de Rodovias e Ferrovias | -646 | -300 |
| Obras de Engenharia Civil não Especificadas Anteriormente | -500 | -194 |
| Fabricação de Produtos do Refino de Petróleo | -200 | -406 |
| Construção de Obras de Arte Especiais | -266 | -192 |
| Montagem de Instalações Industriais e de Estruturas Metálicas | -218 | -234 |
| Extração de Minério de Ferro | -381 | -60 |
| Incorporação de Empreendimentos Imobiliários | -285 | -113 |
| Atividades Técnicas Relacionadas à Arquitetura e Engenharia | -129 | -117 |
| Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Automotores não Especificados Anteriormente | -72 | -174 |
| Atividades de Apoio à Extração de Petróleo e Gás Natural | -151 | -81 |
| Extração de Petróleo e Gás Natural | -132 | -67 |
| Fabricação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos | -35 | -153 |
| Construção de Embarcações e Estruturas Flutuantes | -197 | 13 |
| Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica | -79 | -99 |
| Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente | -46 | -129 |
| Produção de Laminados Longos de Aço | -58 | -109 |
| Locação de Mão-De-Obra Temporária | 3 | -157 |
| Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários | -73 | -73 |
| Serviços Especializados para Construção não Especificados Anteriormente | -62 | -54 |
| Saldo do Total (todos os setores) | -7.506 | -3.196 |

Fonte: CAGED-Ministério do Trabalho e Emprego
DIEESE Subseção SENGE-RJ

tabelecer a independência da engenharia consultiva. Quem projeta e gerencia, não executa", observou. Outro elemento é o modelo de licitações. "A desvalorização da engenharia ocorre já na contratação de serviços por pregão, pois, nesse processo, qualquer pessoa que tem responsável técnico se qualifica. Não basta o responsável técnico, é preciso valorizar o acervo das empresas, restituindo nas licitações a devida qualificação técnica. Essas providências vão resgatar a credibilidade da engenharia", questionou Celestino.

A paralisação das principais obras no país é alarmante. Isso porque coloca a perder um investimento de grande vulto em fase final de execução. "Além do prejuízo da paralisação e o desmonte das equipes, há dificuldade de recontratar execução dos serviços, pois outras empresas, dificilmente, vão aceitar assumir responsabilidade técnica pelo que já foi executado. O ideal seria a Petrobras assumir e gerenciar a obra em conjunto", apontou Celestino.

"Defendemos a apuração e a responsabilização dos casos de corrupção. O que estamos vendo hoje é a apropriação dessa situação para promover uma agenda de retirada de direitos da classe trabalhadora e de perda da soberania nacional, um verdadeiro crime de lesa-pátria. A defesa da engenharia brasileira é fundamental para produção de conhecimento, tecnologia e infraestrutura. O efeito na engenharia nacional é nefasto, pois paralisa a cadeia



Fernando Alvim

"DEFENDEMOS A VALORIZAÇÃO DA ENGENHARIA PÚBLICA", Pedro Celestino

produtiva brasileira. O Brasil disputa em pé de igualdade a área técnica. A Petrobras foi a precursora na descoberta de petróleo em águas profundas. Estamos assistindo a um espetáculo pirotécnico de apropriação política da Operação Lava-Jato", pontuou Clovis que ainda destacou: "Uma das soluções é a reforma política com o fim do financiamento privado, com o estabelecimento de novas relações entre o público e o privado, por meio de transparência e radicalização da democracia", concluiu Clovis.

A MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

Todos os dias, os veículos de comunicação têm orquestrado com os setores mais conservadores a criação do cenário para institucionalizar uma crise política e econômica no Brasil. Fato este que favorece a entrada de empresas estrangeiras e a apropriação do capital internacional. "A mídia ao invés de informar ela de-

sinforma, com o objetivo de levar as pessoas ao pânico. Propagam o ódio e a violência, tentando gerar uma crise maior do que ela é. Os meios de comunicação, como são hoje, são antidemocráticos e dão voz somente a um lado. É uma luta de classes e a mídia tem lado", pontua a secretária nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane Bertotti.

O historiador Helder Molina destaca que há um jogo bruto de disputa pelo aparelho do Estado. "A luta de classes não dá trégua e a política de conciliação e negociação se mostrou ineficaz. O governo precisa fazer uma inflexão à esquerda, sinalizar para a construção da unidade no nosso campo e promover as sonhadas reformas estruturais como democratização dos meios de comunicação, reforma política popular, reformas agrária, urbana e tributária", finalizou Molina.

Fisenge propõe emenda ao PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO

Foi protocolada, no dia 9/7, a emenda aditiva à Medida Provisória nº680/2015, que estabelece o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A proposta tem a finalidade de garantir a participação dos sindicatos de categorias diferenciadas nas negociações e assembleias nos acordos relacionados ao PPE. "No texto atual há um

vácuo legislativo e nós compreendemos que é fundamental garantir a nossa participação, de modo legítimo e democrático, nas discussões para garantir a defesa dos engenheiros", disse o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento. A proposta de emenda versa: "Em relação ao § 1º deste ar-

tigo, participarão da negociação e da assembleia que deliberar sobre o acordo os sindicatos dos trabalhadores da empresa pertencentes a outras categorias não abrangidas pelo sindicato preponderante, quando for o caso". A emenda foi proposta pela Fisenge e protocolada pelo deputado Valtenir Pereira (PROS-MT).

"PRIVATIZAÇÕES: A DISTOPIA DO CAPITAL" é selecionado em festival de cinema na França

O filme "Privatizações: a distopia do capital" foi selecionado para ser apresentado na 11ª edição do festival Brésil en Mouvements (Brasil em Movimento), na França. Organizado pela Associação Autres Brésils, o festival promove projeções de documentários, debates, encontros com cineastas sobre questões sociais e ambientais no Brasil. Dirigido por Silvio Tendler e realizado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), com o apoio da CUT Nacional, o documentário aborda o processo de privatização no Brasil sob a ótica de intelectuais, políticos e educadores; a venda de ativos públicos ao setor privado e os prejuízos decorrentes das políticas de desestatização. O filme pode ser visto no YouTube.

Em audiências públicas, FISENGE REAFIRMA POSIÇÃO CONTRA AS TERCEIRIZAÇÕES

"**N**ão, não, não! Não à terceirização!". Este foi o grito uníssono das audiências públicas sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/2015, que amplia as terceirizações. Realizadas em todo o país, as audiências contam com a participação de entidades de classe, sindicatos, movimentos sociais, sob a coordenação do senador Paulo Paim (PT-RS), que é relator do PLC 30 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. As audiências públicas começaram no dia 29/5, em Minas Gerais, e prosseguem em outros estados até o final de julho. A ação também é articulada com apoio do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. A Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) já participou de três audiências, no Paraná, Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente.

No dia 3/7, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), aconteceu mais uma audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar 30/2015, que amplia as terceirizações no Brasil. Presidida pelo sena-

dor Paulo Paim (PT-RS), a audiência contou com a participação de entidades de classe, movimentos sociais, sindicatos, parlamentares e setores da sociedade civil. A engenheira civil Eloísa Moraes representou a Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). "Na Contax aqui em Pernambuco, segundo a representante do setor, as mulheres só podem ir ao banheiro uma vez ao dia por apenas cinco minutos e as mulheres grávidas só duas vezes por cinco minutos. A troca dos trabalhadores com carteira assinada por prestação de serviços por pessoas jurídicas nas construtoras e consultoras em engenharia é uma realidade em nosso estado", contou Eloísa, enfatizando o posicionamento contrário às terceirizações.

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco (Senge-PE), Mailson da Silva Neto, reforçou que a terceirização é uma das formas mais predatórias de exploração, que o capital usa para conseguir mais e mais lucro. "As terceirizações reduzem benefícios, salários e aumentam a jornada de trabalho. Caso esse projeto seja aprovado, a

precarização será ainda mais aprofundada. O trabalho é a maior dívida do ser humano, repousa nele as grandes transformações da sociedade do presente, do passado e do futuro. Por isso, senador Paulo Paim, a terra do Frevo e do Maracatu – Pernambuco – diz não!", declarou Mailson, durante sua fala na tribuna, também representando a Fisenge. No setor elétrico, segundo o relatório da Fundação Coge, o número de trabalhadores terceirizados cresce de forma vertiginosa e, com isso, as mortes se multiplicam. A cada dez trabalhadores que morrem no setor, oito são terceirizados. Esse número tão elevado de mortes entre terceirizados se dá pela alta rotatividade, uso inadequado de equipamentos ou a sua ausência.

SÃO PAULO

No dia 29/6, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) teve o plenário lotado contra as terceirizações. O diretor de negociação coletiva da Fisenge, Ulisses Kaniak, esteve na audiência e destacou a importância da democracia participativa e da defesa dos direitos da classe trabalhadora. "Estão tentan-

do acabar com os direitos e rasgar a CLT. Precisamos debater não apenas as terceirizações, como a lei de concessões, sancionada numa época de completa sanha neoliberal. Oxalá que, em nosso país, todos os projetos tivessem o debate com a sociedade", disse Kaniak, enfatizando a importância da mobilização popular pela rejeição da matéria. O presidente da Federação dos Bancários da CUT (Fetec-CUT), Luiz César de Freitas, o Alemão, lembrou do processo de terceirizações nos bancos nos anos 90. "Estamos combatendo de maneira classista a rejeição do projeto. É importante, sim, debater as condições de trabalho dos terceirizados, mas jamais ampliar esse processo de terceirização. Não podemos permitir esse retrocesso", afirmou.

O assessor parlamentar da Fisenge e integrante do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Maximiliano Garcez, enfatizou que o projeto é um ataque frontal à classe trabalhadora brasileira. "O projeto prevê a terceirização de todas as atividades das empresas e até quarteirização. Podemos afirmar que não se trata apenas de terceirização, mas sim de aluguel de pessoas. Vamos, juntos, dizer não à terceirização", observou Garcez.

O senador Paulo Paim encerrou a audiência conclamando a sociedade para a luta. "Para vencermos no Senado é preciso estarmos nas ruas. Se

continuarmos com essa mobilização e com a conscientização do povo brasileiro, esse projeto será rejeitado. Não aceitaremos qualquer retrocesso", pontuou Paim.

RIO DE JANEIRO

Durante a audiência no Rio de Janeiro, no dia 26/6, foram ressaltados os impactos das terceirizações na saúde e na segurança do trabalhador. Também foi abordado o possível colapso da Justiça do Trabalho em seu papel de resguardar os direitos dos trabalhadores, tanto pelo volume de ações que deverão ser impetradas por trabalhadores que se sentem lesados em seus direitos, quanto pela falta de patrimônio e de liquidez das empresas terceirizadas, que podem não ter recursos para pagar uma ação coletiva ou individual. "Destacamos, no plenário da Alerj, a segurança do trabalho, uma vez que o número de acidentes e mortes é muito maior entre os terceirizados. Mas é preciso mais do que a rejeição completa ao projeto. Precisamos acabar com as terceirizações no país", enfatizou o diretor da Fisenge, Gunter Angelkorte.

No dia 19/6, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), mais de 500 líderes sindicais, juntamente com senadores e deputados, fizeram ecoar nas galerias e no plenário a defesa pelo trabalhadores e contra a aprovação do PLC30/2015. Para o diretor do Senge-PR e da Fisenge, Ulisses Kaniak, a defesa pelos trabalhadores deve não apenas se restringir à

não aprovação do PLC 30/2015, mas também contra a terceirização que já está instalada em vários setores da economia. Como exemplo, Kaniak apontou o setor elétrico, em que 80% das mortes decorrentes de acidentes de trabalho são de terceirizados, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). "Tenho orgulho de trabalhar em uma empresa pública chamada Copel. Há 14 anos, a população ocupou a assembleia para defender a Copel pública. Hoje, a empresa terceiriza ilegalmente grande parte da sua força de trabalho que atua em atividade-fim e, por isso, foi alvo de uma ação do Ministério Público do Trabalho". Kaniak ainda destacou a importância do debate com a sociedade civil, ao contrário das práticas promovidas pela Câmara Federal.

No Brasil, há mais de 12 milhões de terceirizados – 26,8% do mercado formal de trabalho. No país, o estado de São Paulo concentra o maior número de subcontratações – 4,1 milhões de terceirizados (30,5%), quase um terço dos 9,5 milhões contratados diretamente (69,5%). Salário menor, jornada ampliada e maior rotatividade caracterizam o emprego terceirizado, apontam dados do dossiê "Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha", publicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

COLETIVO DE MULHERES DA FISENGE realiza oficina de formação

Empoderamento e capacitação de lideranças femininas. Este é o objetivo da oficina de capacitação de lideranças femininas, realizada nos dias 29 e 30/5, em Volta Redonda. Ministrada pela socióloga Maysa Garcia, a oficina conta com três módulos. "Somos conformadas, por construções sociais, ao longo da vida a dar conta de uma série de tarefas, desde trabalho, casa, família e luta política. Mas temos de achar estratégias para utilizar essa capacidade a nosso favor e disputar nosso posicionamento no mundo. O equilíbrio entre trabalho e família é a revolução", disse Maysa. A diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, na abertura da oficina reforçou a importância do empoderamento feminino. "Falar sobre ampliação da participação das mulheres nos espaços significa pensar e fortalecer a democracia brasileira e a cidadania", pontuou. O presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, saudou o Coletivo de Mulheres e enfatizou a importância da organização das engenheiras. "Lutamos pelas questões corporativas e pela construção de um Brasil justo, inclusivo, democrático e com cidadania plena", afirmou

Nascimento. Também participaram da abertura o diretor financeiro da Fisenge, Eduardo Piazero; o secretário-geral, Fernando Jogaib; o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos; o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), Carlos Roberto Bittencourt; e o presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio de Janeiro (Sintec-RJ), Osiris Barbosa.

O primeiro dia da oficina tratou sobre o equilíbrio entre trabalho e família, a divisão das responsabilidades familiares e domésticas e sobre a importância de definição de estratégia na organização. Já o segundo dia foi dedicado às formas e aos métodos de organização, como linguagem, síntese, termos e regras, democracia interna e direção e divisão de tarefas. Um tema levantado foi a questão da paridade, já em debate na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Maysa atentou para a diferença entre paridade, cota e equidade e, após a discussão, foram levantados alguns pontos a serem encaminhados. Alguns deles são: o levanta-

mento de políticas de paridade e equidade de gênero na América Latina e no mundo; diagnóstico da participação de mulheres em outras categorias; cursos de formação e a definição de metas para a ampliação das mulheres nos quadros dos sindicatos.

De acordo com texto indicado por Maysa, "Diferença entre paridade, igualdade e equidade", de Alda Facio e Alicia Miyares, a paridade é o conceito relacionado com corrigir a falta de representatividade das mulheres na esfera pública, sobretudo na política. Na Espanha, por exemplo, uma lei estabelece uma faixa de 40 a 60%, ou seja, nenhum gênero pode estar representado em uma proporção menor que 40% e nem maior que 60%. Já o governo alemão aprovou uma lei para que haja, no mínimo, 30% de mulheres nos conselhos de administração das grandes empresas, para superar a desigualdade na ocupação de cargos de poder e direção. A equidade, segundo a tese, é um termo mais utilizado na América Latina, que articula tanto os direitos individuais como a justiça social. O movimento feminista latino-americano, durante

a Conferência de Pequim em 1995, definiu o termo equidade, em vez de igualdade.

O segundo módulo da oficina de formação aconteceu nos dias 28 e 29/8. Foram colocados em pauta questões de gênero e igualdade racial. "Qual o impedimento para os homens do mercado de trabalho? E o que impede negros e negras? Estas foram algumas das provocações que levantamos no debate sobre as diferenças salariais e de cargos de poder entre homens e mulheres e o impacto dos preconceitos sociais nas relações e no mercado de trabalho. Também pudemos aprofundar sobre as diferenças entre os conceitos de discriminação, preconceito e estereótipos", contou Simone. O módulo foi ministrado pela socióloga Maysa Garcia e, desta vez, contou com a participação de homens. A oficina teve o objetivo de promover a análise e o debate sobre as questões de gênero e raça no mercado de trabalho. Simone ainda ressaltou: "Foi muito importante a participação de diretores homens, construindo lado a lado formulações de enfrentamento às opressões". Participaram do módulo o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento; o diretor financeiro, Eduardo Piazero; o diretor José Ezequiel Ramos; o ex-presidente da Fisenge, Carlos Roberto Aguiar de Brito; o diretor do Senge-ES, Rogério Ramos e o diretor do Senge-RJ, Victor Marchesini. O terceiro módulo acontecerá nos dias nos dias 6 e 7/11, no Rio de Janeiro.

Documentos revelam que EUA sabiam da morte de Rubens Paiva e Stuart Angel



O governo dos EUA liberou 538 documentos entre telegramas, memorandos e relatórios do Departamento de Estado que ficaram secretos por mais de 40 anos que revelam que a diplomacia norte-americana teve conhecimento da morte do ex-deputado Rubens Paiva e do militante Stuart Angel Jones. Os documentos foram entregues à Casa Civil em Brasília no último dia 30 e estão disponíveis no site do Arquivo Nacional após um pedido da Comissão Nacional da Verdade feito em 2012.

O ex-deputado Rubens Paiva teve o mandato cassado após o Golpe de 1964 e foi preso no Rio de Janeiro em 1971. Apesar de confirmada no Brasil apenas em 2012, ano de instalação da Comissão da Verdade no Brasil, a morte de Paiva consta em um documento diplomático emitido para os EUA logo após sua prisão.

O militante Stuart Edgar Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, desapareceu em junho de 1971 e sua morte foi informada em agosto daquele ano pela embaixada norte-americana, segundo outro documento.

Fonte: EBC

Fisenge homenageia

VITO

GIANNOTTI



Seis da manhã, na Praça Saens Pena, no Rio de Janeiro e lá estava Vito Giannotti distribuindo o jornal Brasil de Fato. Esta era sua rotina semanal, às quintas, que se ampliaria a partir do dia 27/7 com o lançamento da segunda edição semanal do jornal, às segundas. No entanto, a distribuição por suas mãos foi cessada antes, no dia 24/7, com o falecimento de Vito, aos 72 anos. Mais que um companheiro de luta, Vito foi um amigo sempre disposto a contribuir na comunicação da Fisenge e dos sindicatos.

Amigo de todas as horas, nas derrotas e vitórias da classe trabalhadora. Com suas sandálias, caminhava firme pelas ruas do Rio de Janeiro e do Brasil lutando por uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Sua voz rouca conquistou corações e mentes com sua paixão pela comunicação.

Incansável, Vito sempre dizia: "A comunicação precisa sair do umbigo do sindicato". Assim, Vito foi ampliando as pautas do movimento sindical, que começou a falar sobre favelas, reforma agrária, mulheres, violência do Estado. O jornal, o boletim e as redes de comunicação das entidades de classe precisavam dialogar com a classe trabalhadora.

Com humildade e generosidade, Vito promoveu e construiu outras narrativas. Empoderou jornalistas e comunicadores populares. Defendeu a comunicação como instrumento estratégico de disputa de hegemonia da sociedade. Compreendeu a comunicação como ninguém antes o fezera. Foi um dos fundadores do jornal Brasil de Fato que, atualmente, circula em novo formato em diversos estados do país. Sua disposição militante seguiu até o fim. Vito levou em teoria

e prática o que Che Guevara dizia: "sem perder a ternura jamais". Seus abraços eram distribuídos a quem estivesse a seu lado. Mesmo diante de tantas adversidades e opressões na luta cotidiana, Vito não esmorecia. Ao contrário, reorganizava forças num gesto de amor revolucionário para fortalecer seus companheiros e suas companheiras de luta.

Vito Giannotti é exemplo de generosidade, simplicidade, militância, luta em favor dos oprimidos e companheiro de sonhos por uma sociedade socialista. Sua perda deixa um vazio nas lutas sociais. Nos fortalecemos em sua referência e em sua coragem no enfrentamento às injustiças e desigualdades. Nos solidarizamos com a companheira Claudia Santiago, familiares e colegas. Vito Giannotti, a nossa gratidão. Vito Giannotti, presente! Sempre!

VITÃO: O ITALIANO COM CORAÇÃO BRASILEIRO

Nascido na Itália, Vito chegou ao Brasil com 21 anos, no início da ditadura militar em 1964. Em São Paulo, trabalhou como metalúrgico ferramenteiro por 20 anos. Sempre envolvido com as causas dos operários, enfrentou a ditadura. Foi preso, torturado, mas jamais desistiu de se empenhar em construir uma sociedade mais justa. Eterno lutador da Oposi-

ção Metalúrgica, foi diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) naquele estado. No Rio de Janeiro, coordenava o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e a livraria Antonio Gramsci ao lado de sua companheira, Claudia Santiago.

Vito deixa grande legado para a temática da comunicação popular e luta operária. É autor de vários livros, dentre os quais "O que é Jor-

nalismo Operário", "Collor, a CUT e a pizza"; "Trabalhadores da aviação: de Getúlio a FHC", "A CUT por dentro e por fora", "A CUT ontem e hoje", "Cem anos de luta operária", "Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões", "Murais da Linguagem", "Dicionário de Politiquês", "Manual de Linguagem Sindical" e "Força Sindical, a central neoliberal"

Homenagens da Fisenge

// 'Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis'. Este poema de Brecht define exatamente a trajetória militante e humanitária que levou Vito Giannotti. Era um lutador imprescindível. Mais do que um companheiro de luta, Vito era nosso amigo. Em 20 anos de história da Fisenge, ele teve papel fundamental na construção do movimento sindical da engenharia e em toda a história recente de luta dos trabalhadores. Vito construía frentes de resistência e redes de solidariedade. Era uma unanimidade no campo da esquerda, com uma disposição militante exemplar. Vito Giannotti permanecerá em nossa memória como defensor intransigente dos direitos humanos. Em nossos corações, guardamos o seu sorriso e os seus abraços. Em nossas mentes, sua paixão pela comunicação e suas esperanças por uma sociedade verdadeiramente justa, fraterna e igualitária. Fica a nossa profunda gratidão pela possibilidade de conviver com esse bravo companheiro. Vito Giannotti, presente!"

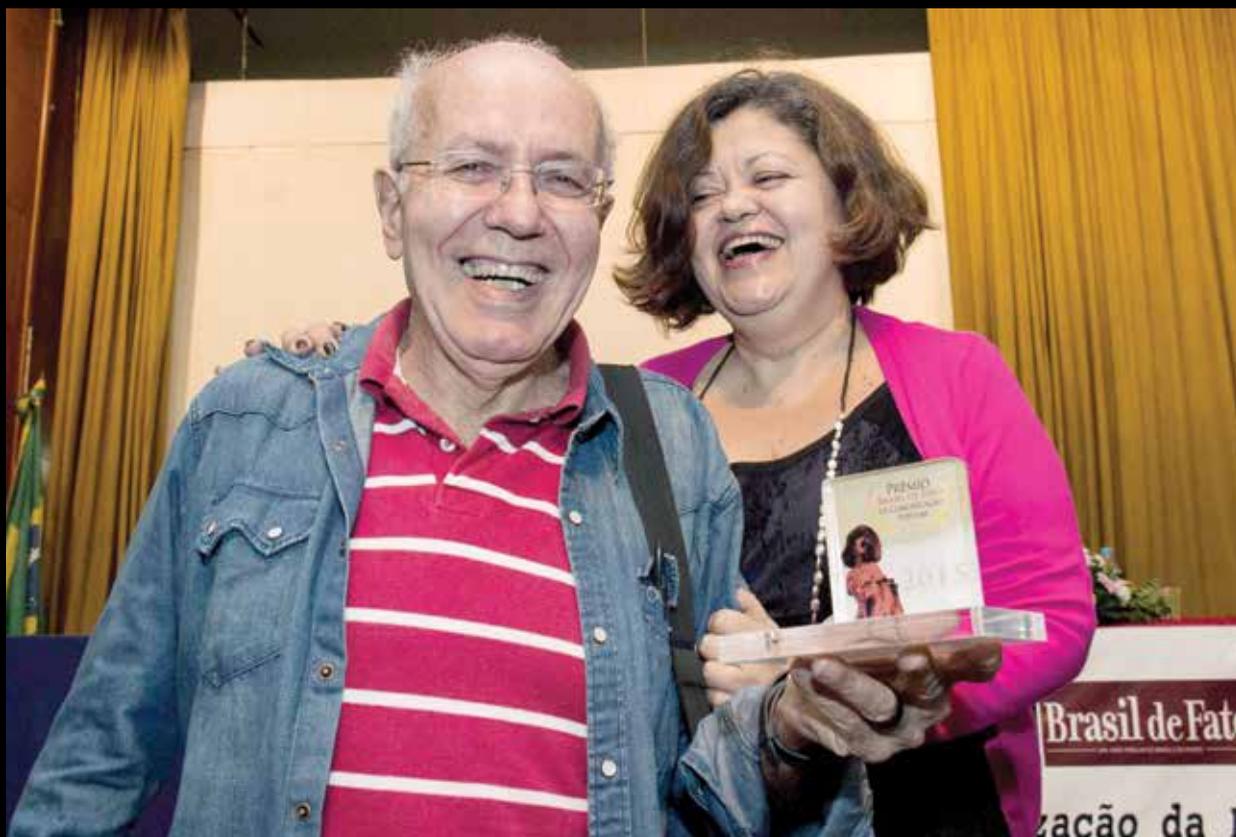
CLOVIS NASCIMENTO,
presidente da Fisenge.

// Parceiro de primeira hora na defesa dos trabalhadores e daqueles que mais precisam, Vito Giannotti deixa um legado importante não apenas para quem atua na área sindical, mas também para toda a sociedade. Foi um homem que trabalhou a essência do jornalismo no seu lado mais importante, a parcela social da comunicação sempre contribuindo com o Senge-PR e com a Fisenge com artigos e palestras. Com seu trabalho incansável, ele nos mostrou que para fazer com que o clamor dos excluídos tenha eco e as demandas dessa parte invisível da sociedade sejam atendidas é necessário a união de todos em torno de uma causa comum. Esta é a força que temos dentro de cada um de nós e que é superior ao poderio financeiro e a qualquer outro interesse. Vito nos ensinou que a sociedade unida tem voz e tem vez e é seguindo o seu exemplo que devemos orientar o futuro da comunicação em favor dos trabalhadores e dos excluídos".

CARLOS ROBERTO
BITTENCOURT,
ex-presidente da Fisenge
de 2008 a 2014 por dois
mandatos.

// Não há paralelo no movimento sindical com a contribuição de Vito Giannotti. Nunca existiu uma pessoa tão preocupada e dedicada com a comunicação entre os sindicalistas e trabalhadores. Vito deixa uma contribuição que perdurará por anos e décadas. Não era um imortal da academia, mas é um imortal do movimento sindical".

OLÍMPIO SANTOS,
ex-presidente da Fisenge
de 2004 a 2008.



Pablo Vergara

// Em vida, foi um eterno e incansável lutador. Uma pessoa fantástica que lutou com afinco em defesa da comunicação popular. Seu entusiasmo e seus ensinamentos continuarão a orientar e a incentivar milhares de sindicalistas a continuarem na luta. Vito Giannotti vai fazer muita falta. Sempre foi um parceiro muito disposto para a Fisenge e os sindicatos. Vamos guardar o seu exemplo e seguir na luta”.

PAULO BUBACH, ex-presidente da Fisenge de 1999 a 2004.

// Vito era um italiano que virou brasileiro. Um homem que lutou, despojadamente, pela construção do socialismo. Sempre foi um colaborador para ajudar as entidades em busca de uma comunicação popular socialista. Lamento profundamente a perda de nosso companheiro que lutou exclusivamente em prol de uma causa, de maneira solidária e fraterna”.

CARLOS ROBERTO AGUIAR DE BRITO, ex-presidente da Fisenge de 1995 a 1997.

// Um companheiro que deixa saudade. Lutou com profundidade e clareza por um projeto libertário de sociedade. Iremos não apenas reverenciar sua memória como também contribuir e fortalecer a continuidade de seu legado”.

LUIZ CARLOS SOARES, coordenador da Consenge de 1991 a 1993.



Pela ampliação da
licença-paternidade.
Cuidar meus filhos
também é meu dever.

#ElesPorElas



fisenge
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE
SINDICATOS DE ENGENHEIROS

